

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL

JENNIFER PRATES RODRIGUES

**ESTÁGIO IV DO CURSO DE PEDAGOGIA/PONTAL:  
reflexões sobre a educação para além da escola**

ITUIUTABA  
2022

JENNIFER PRATES RODRIGUES

**ESTÁGIO IV DO CURSO DE PEDAGOGIA/PONTAL:  
reflexões sobre a educação para além da escola**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

ITUIUTABA  
2022

JENNIFER PRATES RODRIGUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Professora Doutora Maria Aparecida Augusto Satto Vilela.

BANCA EXAMINADORA

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Augusto Satto Vilela - ICHPO/UFU**  
**(Orientadora)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira - ICHPO/UFU**  
**(Banca examinadora)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Aparecida Martins Bernardes - ICHPO/UFU**  
**(Banca examinadora)**

*A meu pai Charliston e à minha mãe Fátima e à minha irmã Cecília.*

*À minha esposa Jennifer.*

*À minha amiga Cida, dedico este trabalho.*

## AGRADECIMENTOS

Em meio a lágrimas, agradeço todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com a escrita deste trabalho.

Gostaria de agradecer de forma muito especial a meus pais Charliston (meu Tiozinho) e Maria de Fátima (Dona Maria) que de forma amorosa não mediram esforços para que hoje eu estivesse de forma honrosa concluindo este ciclo. Tenho certeza que ao lado do Sr. Romildo Rodrigues, meu avô paterno, hoje intercedem por esta quase pedagoga, junto com todos aqueles que vieram antes de mim.

Não há como não agradecer a Dona Maria dos Anjos, minha avó materna, por todas as orações feitas a distância, e quando este corpo esteve muito carregado, com seus três ramos de arruda, a intercessão de Jesus e Maria e sua fé, mandou “todo mal olhado, toda inveja, toda a usura para as ondas do mar, porque Jesus tem poder”.

Agradeço a Cecília, minha irmã querida, por ser para mim exemplo de fortaleza. Que eu aprenda com a pureza de uma criança a sorrir mesmo em meio a tanta dor.

Agradeço a minha grande amiga Cida, que me bateu com amor, me abraçou como uma filha e que me acolhe como um membro de sua família. Na ausência de meus pais, eu pude olhar para o lado e encontrar um colo. Espero te orgulhar em vida.

Este trabalho só foi possível ser concluído, pois tenho a meu lado a melhor pessoa do mundo, com o mesmo nome que o meu, mas com um coração tão generoso que não há como comparar a seres terrenos, obrigada meu amor, Jennifer.

Agradeço a mim mesma, por ter me reinventado e permitido me redescobrir enquanto sujeito, em abrir portas difíceis de serem acessadas, mas por nunca ter desistido. Hoje me atrevo a dizer que sou uma pessoa melhor do que antes da sala B 307, mas só foi possível pelos que vieram antes de mim e porque, nos momentos de dificuldade, eu não desisti de viver.

## É Tudo Pra Ontem

Talvez seja bom partir do final  
Afinal, é um ano todo só de sexta feira treze  
Cê também podia me ligar de vez em quando  
Eu ando igual lagarta, triste, sem poder sair  
Aqui o mantra que nos traz o centro  
Enquanto lavo um banheiro, uma louça  
querendo lavar a alma  
Na calma da semente que germina  
Que eu preciso olhar minhas menina  
A folha amarela, igual comida  
Envelhece, é a vida, acontece  
Com pessoa e documento  
É tão triste ter que vir  
Coisa ruim pra nos unir  
E nem assim agora  
Mano, vamo embora a tempo  
Viver é partir  
Voltar e repartir (é isso)  
Partir, voltar e repartir (é tudo pra ontem)  
Viver é partir  
Voltar e repartir  
Partir, voltar e repartir  
Vi árvores a derramar suas flores pra ninguém  
Tô zen no meu momento Coltrane anti-jazz  
Crianças tem o céu no alcance das mãos  
Irmão, será que há tempo de poder ser mais?  
Eu sei, caramba, nem estrelas são iguais  
Tem mais, vitória agora é uma fresta de sol  
No fim das conta, Tetsuo é quem tinha razão  
Então todas areias da ampulheta, vão  
E as fotos amarelam, como os dentes  
As plantas, a gente, a chama  
A febre intermitente  
Vazia estrada, cheia caixa de entrada  
E de repente  
Uma luz quadrada quente, diz que  
Viver é partir  
Voltar e repartir  
Partir, voltar e repartir  
Viver é partir  
Voltar e repartir  
Partir, voltar e repartir  
O criador deixou a humanidade  
aqui na Terra e foi para algum outro lugar do cosmos  
Um dia ele se lembrou de nós e disse  
“Ah, eu deixei minhas criaturas lá na Terra  
preciso ver o que elas se tornaram”  
Mas enquanto fazia esse movimento incrível

de vir até aqui nos ver, ele pensou  
“E se eles tiverem se tornado  
algo pior do que eu posso conceber?  
O melhor seria não ter um encontro pessoal com eles  
Vou fazer o seguinte  
Vou me transformar em uma outro criatura  
para ver as minhas criaturas”  
Ele se transformou num tamanduá e saiu pela campina  
Em certo momento, um grupo de caçadores  
munidos de bordunas e laços  
Se encostaram numa paisagem  
avançaram sobre ele, o prenderam  
E levaram pro acampamento  
com a intenção óbvia de comê-lo  
Duas crianças gêmeas, que observavam a cena  
evitaram que ele fosse levado para a fogueira  
Ele então se revelou para os meninos  
que, antes que os adultos descobrissem  
acobertaram a sua fuga  
Do lado de uma colina, os meninos gritaram  
“Avô, avô, o que você achou da gente, das suas criaturas?”  
E Deus respondeu  
“Mais ou menos”  
Viver é partir  
Voltar e repartir  
(morte é quando a tragédia vira um costume)  
Partir, voltar e repartir  
(pra diferença da qual ninguém tá imune)  
Viver é partir  
Voltar e repartir  
(mas ouça de alguém que nasceu num tapume)  
Partir, voltar e repartir  
(é só na escuridão que se percebe os vagalumes)  
Viver é partir  
Voltar e repartir  
Partir, voltar e repartir  
Viver é partir  
Voltar e repartir  
Partir, voltar e repartir  
Viver é partir  
Voltar e repartir  
Viver é partir  
Voltar e repartir  
Partir, voltar e repartir  
Viver é partir  
Voltar e repartir  
Partir, voltar e repartir

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é um convite a reviver a minha trajetória como estudante do curso de graduação em pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO, da Universidade Federal de Uberlândia. E, nesse sentido, destacar a minha formação inicial em espaços não-escolares realizada no Estágio IV. Este ocorreu em 2020, como atividade acadêmica remota emergencial – AARE, instituída por meio da Resolução n. 07/2020, do Conselho de Graduação (CONGRAD). Portanto, o foco deste trabalho é o papel do pedagogo em instituições não escolares e para isso tenho como problemática: Como o estágio supervisionado IV do curso de pedagogia/Pontal contribui para a atuação do(a) pedagogo(a) em instituições não-escolares? O objetivo geral é refletir se, e como, o estágio supervisionado IV colabora para a atuação do(a) pedagogo(a) em espaços não-escolares; e como objetivos específicos: descrever o que é o estágio supervisionado na Universidade Federal de Uberlândia e no curso de Pedagogia/Pontal; analisar a elaboração do projeto de ação pedagógica para a instituição não-escolar onde foi realizado o estágio supervisionado IV; e apresentar as experiências e os impactos desse estágio em minha formação inicial. A metodologia adotada parte de uma pesquisa qualitativa por meio de um relato de experiência e as análises e reflexões consideraram o levantamento bibliográfico realizado, subsidiado pelos(as) seguintes autores(as): Brandão (1981), Freire (1987), Libâneo (1999), Trilla (2008), Gadotti (2012), Gohn (2014), Severo (2017) e Pereira e Feldman (2020). Nesse sentido, diante dos estudos feitos e das reflexões empreendidas, percebo o quão enriquecedor e potente são os estágios supervisionados para a formação inicial. Sobretudo, no que diz respeito ao Estágio IV, pois ainda que o curso analisado tenha apenas duas disciplinas com o enfoque específico no campo não escolar, foi suficiente para suscitar a importância da atuação do(a) pedagogo(a) nesse espaço.

**Palavras-chave:** Formação inicial. Instituições não-escolares. Estágio obrigatório. Pedagogia.

## ABSTRACT

This final paper is an invitation to relive my trajectory as a student of the undergraduate course in pedagogy at the Pontal Institute for Human Sciences, at the Federal University of Uberlândia. And, in this sense, to highlight my initial formation in non-school spaces carried out in the Internship IV. This took place in 2020, as an emergency remote academic activity - AARE, established by Resolution n°. 07/2020, of the Undergraduate Council. Therefore, the focus of this work is the role of the pedagogue in non-school institutions and for that I have a problem: How does the supervised internship IV of the Pedagogy/Pontal course contribute to the performance of the graduate in non-school institutions? The general objective is to reflect if and how the supervised internship IV contributes to the pedagogue's performance in non-schooling spaces; and as specific objectives: describe what is the supervised internship in the Federal University of Uberlândia and in the Pedagogy course/Pontal; analyze the elaboration of the pedagogical action project for the non-schooling institution where the supervised internship IV was carried out; and present the experiences and impacts of this internship in my initial formation. The methodology adopted is based on a qualitative research through an experience report and the analysis and reflections considered the bibliographic survey conducted, supported by the following authors: Brandão (1981), Freire (1987), Libâneo (1999), Trilla (2008), Gadotti (2012), Gohn (2014), Severo (2017) and Pereira and Feldman (2020). It follows that, in view of the studies made and the reflections undertaken, I realize how enriching and powerful supervised internships are for initial training. Particularly with regard to Internship IV, because even though the course analyzed has only two disciplines with a specific focus on the non-schooling field, it was enough to raise the importance of the pedagogue's role in this space.

**Keywords:** Initial formation. Non-school institutions. Mandatory internship. Pedagogy.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) EM ESPAÇO NÃO-ESCOLAR .....</b>	<b>12</b>
2.1 O que é o estágio supervisionado e qual legislação o ampara?.....	12
2.2 Qual a concepção de educação que está sendo proposta?.....	16
2.3 O estágio supervisionado IV e a <i>práxis</i> .....	17
2.4 O estágio supervisionado IV e o impacto na formação inicial.....	26
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um convite a reviver a minha trajetória como estudante do curso de graduação em Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO, da Universidade Federal de Uberlândia. E, nesse sentido, destacar a minha formação inicial em espaços não-escolares realizada no Estágio IV em uma instituição de medidas socioeducativas<sup>1</sup>. Este ocorreu, em 2020, como atividade acadêmica remota emergencial – AARE<sup>2</sup>, instituída por meio da Resolução n. 07/2020 (UFU, 2020b) do Conselho de Graduação (CONGRAD).

A escolha por fazer o estágio em uma instituição com esse perfil foi sonhada antes mesmo do meu ingresso na universidade, perpassando pelas experiências na periferia de São Paulo e pelos movimentos do grafite e o *Rhythm And Poetry*<sup>3</sup> - RAP. Estes movimentos são conhecidos por nascer das periferias e camadas populares da sociedade e trazem em seu cerne a realidade sofrida de um povo marginalizado e esquecido pelas esferas políticas na maioria das vezes, as quais deveriam garantir os direitos desses sujeitos. Sobretudo, como aponta Fernandes (2014), os movimentos de cultura negra remontam às histórias dessa população que tratam sobre suas vivências, por meio do uso de uma linguagem das ruas e da juventude. Nesse sentido, essas culturas possibilitam endossar uma nova narrativa sobre suas próprias e diversas existências, evidenciando críticas e reflexões acerca da condição de subalternidade a que estão submetidas.

Então, percebi que era necessário realizar um trabalho que fosse significativo para mim e para os meus, os quais, na maioria das vezes, não são protagonistas no meio acadêmico. Com a sua escrita, revisito toda a minha trajetória universitária, mas, acima de tudo, rememoro o processo de humanização que me trouxe até aqui. Sendo assim, este relato é uma possibilidade de escuta e voz de sujeitos historicamente silenciados, culpabilizados por problemas estruturais de nossa sociedade: os(as) adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, os(as) quais,

---

<sup>1</sup> As medidas socioeducativas são aplicadas quando é verificada a prática de ato infracional de adolescentes de 12 a 18 anos de idade, que se configura desde advertência até a privação de liberdade (BRASIL, 1990).

<sup>2</sup> “As AARE são ações típicas do processo de ensino e aprendizagem que, em decorrência da ocasional necessidade da manutenção do isolamento físico entre os participantes desse processo, por conta da Pandemia da COVID-19, são realizadas com a mediação dos recursos das tecnologias digitais de comunicação e informação e resultarão no enriquecimento formativo e no aproveitamento curricular, de acordo com um plano de atividade próprio para o período de suspensão do Calendário Acadêmico” (UFU, 2020b)

<sup>3</sup> O termo Rap vem de “rhythm” and “poetry” que significam ritmo e poesia. Ele faz parte da cultura Hip-Hop, composta por um “[...] um estilo musical, o rap; uma maneira de apresentar essa música [...] (disc-jóquei) e um MC (mestre de cerimônias); uma dança, o break; é uma forma de expressão plástica, o grafite” (Rocha; Domenich; Casseano, 2001, p.1). Estas se constituem como perspectivas de intervenção nas instituições de ensino e de (re) significação de seu espaço-tempo, configurando-se como atos políticos, estéticos e culturais.

por diversas vezes, tiveram como única alternativa, cometer atos infracionais. Nessa perspectiva, entendo que as práticas adotadas por instituições dessa natureza são relevantes para a mudança de postura desses(as) adolescentes na sociedade, assim como a compreensão quanto às suas demandas.

Os saberes construídos antes da minha vida acadêmica dialogaram, na graduação, com a proposta da disciplina Práticas Pedagógicas em Instituições Sociais não Escolares e com o Estágio IV que também tinha como enfoque esses espaços. Neles, pude me ver como protagonista de minha história, refletindo sobre uma realidade da qual tenho vivência e também compreender a necessidade de mais componentes curriculares que se direcionam para a área não escolar, uma vez que, ao ler o Projeto Político Pedagógico do Curso, versão 2007, eram ofertadas 58 disciplinas, mas apenas duas tinham enfoque nesta área<sup>4</sup>, como informado anteriormente.

No Estágio IV, por meio do contato com o Conviver - Centro de Atendimento Especializado para Adolescente Pastor Protásio Caetano Filho, localizado na cidade de Ituiutaba - MG, a partir da reflexão sobre a realidade dos(as) usuários(as) que cumprem medidas socioeducativas, foi possível elaborar um projeto de intervenção com o intuito de auxiliar em sua ressocialização. É necessário salientar que o presente estágio foi realizado remotamente, tendo em vista a pandemia de covid-19 e o distanciamento social que enfrentamos ao longo dela. Para isso, organizamos<sup>5</sup> uma proposta utilizando músicas de RAP como ferramenta de reflexão crítica acerca da realidade dos sujeitos envolvidos, auxiliando tanto no cumprimento das medidas socioeducativas de forma mais dinâmica e acolhedora, quanto na possibilidade de construção de novas formas de enxergar e viver em sociedade.

Para além de um desejo pessoal e de uma experiência de estágio, penso ser muito importante para o curso de Pedagogia/Pontal que a temática seja abordada em um TCC, pois é uma possibilidade de (re)pensar o currículo e as práticas do próprio curso de graduação que tem como fundamento a perspectiva freireana, ao considerar que quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor, Freire (1987). Nesse sentido, destaco a necessidade em sistematizar a *práxis*, tendo em vista que a reflexão sobre o currículo do curso é o que sustenta a ação e a mudança desse mesmo currículo, por meio de novas reflexões com base no conhecimento obtido nas ações anteriores, constituindo-se em um movimento em espiral.

---

<sup>4</sup> A nova versão do PPP passou a vigorar em 2019 para as turmas ingressantes a partir desse ano. Contudo, o número de disciplinas destinadas ao campo não escolar não se alterou, sendo apenas duas.

<sup>5</sup> Utilizei a primeira pessoa do plural, pois o projeto de intervenção foi elaborado por mim e outra estudante.

Considerando que este é um dos poucos trabalhos do curso de Pedagogia/Pontal que tem como enfoque as instituições não-escolares de medidas socioeducativas, junto com dois trabalhos anteriores que tratam sobre o tema e que tive acesso: o de Borges (2015) e o de Misael (2021), entendo ser uma oportunidade de repensar a atuação do(a) pedagogo(a). A formação desse(a) profissional não se limita a ser professor(a) de crianças pequenas, como é abordado por Libâneo (1999), Franco (2017) e Pimenta, Pinto e Severo (2020).

Com base nesses motivos, pretendo responder à seguinte questão: Como o estágio supervisionado IV do curso de Pedagogia/Pontal contribui para a atuação do(a) pedagogo(a) em instituições não-escolares? O objetivo geral é refletir se, e como, o estágio supervisionado IV colabora para a atuação do(a) pedagogo(a) em espaços não-escolares; e como objetivos específicos: descrever o que é o estágio supervisionado na Universidade Federal de Uberlândia e no curso de Pedagogia/Pontal; analisar a elaboração do projeto de ação pedagógica para a instituição não-escolar onde foi realizado o estágio supervisionado IV; e apresentar as experiências e os impactos desse estágio em minha formação inicial.

Ademais, a metodologia adotada para a escrita deste trabalho parte de uma pesquisa qualitativa, por meio de um relato de experiência - RE. De acordo com Mussi, Flores e Almeida (2021), o RE é um tipo de produção de conhecimento, em uma perspectiva “crítica reflexiva” (p.62), que emerge a partir da ação - reflexão - ação (*práxis*) como oportunidade de repensar a prática do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares. Para as análises e reflexões a serem empreendidas recorri a um levantamento bibliográfico, por meio de autores(as) que subsidiam teoricamente este trabalho: Brandão (1981), Freire (1987), Libâneo (1999), Trilla (2008), Gadotti (2012), Gohn (2014), Severo (2017) e Pereira e Feldman (2020).

Após essas considerações iniciais, na próxima seção, apresento o que é o estágio supervisionado na esfera institucional da Universidade, a legislação que o ampara, como foi organizado no modelo remoto e no interior do curso de Pedagogia/Pontal. Abordo, em outra seção, que proposta de educação ampara este trabalho e, em seguida, trato sobre o estágio realizado, assim como o projeto de intervenção desenvolvido para a instituição. Posteriormente, reflito sobre as experiências do Estágio IV e o impacto em minha formação inicial. E, por fim, nas considerações finais, realizo uma síntese do que foi tratado ao longo do trabalho, assim como destaco possibilidades de novas pesquisas sobre o tema.

## **2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) EM ESPAÇO NÃO-ESCOLAR**

### **2.1 O que é o estágio supervisionado e qual legislação o ampara?**

Como mencionado na seção anterior, para melhor compreensão deste trabalho é importante apresentar sobre o estágio supervisionado na UFU, por meio da base legal que o fundamenta, como foi organizado durante as AARE e, especificamente, no curso de Pedagogia/Pontal no período de pandemia.

Segundo a Lei nº 11788/2008, em seu Art. 1º, o

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Brasil, 2008, p. 1).

Nesse sentido, pode-se compreender que o estágio supervisionado como “ato educativo escolar” proporciona não somente a vivência do(a) graduando(a) no espaço profissional, mas sobretudo, contribui para a valorização de sua função social em uma futura/possível área de atuação. Dessa forma, sua finalidade, para além de competências profissionais com vistas à obrigatoriedade curricular, possibilita a articulação entre teoria e prática.

Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o estágio é regulamentado por meio da Resolução Nº 24/2012, do Conselho de Graduação, que orienta as Normas Gerais de Estágio de Graduação. O Art. 10 do Capítulo II desta Resolução, que se refere à organização, afirma que:

O Setor de Estágio (SESTA) da Diretoria de Ensino da Pró-Reitoria de Graduação desta Universidade é o órgão de execução responsável pela formalização e registro dos processos administrativos de estágios realizados pelos estudantes da UFU, que deve manter contato permanente com os coordenadores de estágio das Unidades e, quando necessário, manifestar-se exarando pareceres e orientações. (UFU, 2012, p. 4).

Com base na referida Resolução, existe um setor de estágio no qual são formalizados e registrados os processos administrativos relacionados a esse componente curricular, que precisa estar em constante comunicação com os(as) coordenadores(as) de estágio das unidades da Universidade. Desse modo, cabe ao Colegiado e à Coordenação de curso elaborar as normas complementares a fim de gerir as atividades a serem desenvolvidas nos estágios obrigatórios e não obrigatórios.

Os estágios supervisionados obrigatórios foram suspensos, assim como todas as demais atividades acadêmicas em 18 de março de 2020, por meio da Decisão Administrativa REITO Nº 1/2020 (UFU, 2020a), publicada em 16 de março, tendo em vista a pandemia de covid-19. O calendário acadêmico foi retomado por meio da Resolução nº 7/2020 (UFU, 2020b), do

Conselho de Graduação, o qual resultou na implementação das AARE que, em um primeiro momento, foram facultativas para alunos(as), professores(as) e técnicos(as) administrativos(as).

Com a retificação da Resolução nº 7/2020 (UFU, 2020b), no Art. 5º do capítulo I afirmou-se que:

§ 4º Durante o período de oferta das AARE e de suspensão do Calendário Acadêmico, a critério do Colegiado do Curso e com anuência do Núcleo Docente Estruturante, o Estágio poderá ser realizado, preferencialmente de forma remota e subsidiariamente de modo presencial, parcial ou integralmente, desde que a instituição concedente expressamente assegure, em Termo de Compromisso de Estágio elaborado pelo Setor de Estágio, condições de segurança sanitária aos discentes estagiários, observadas as normativas locais de desenvolvimento do estágio. (Acrescido pela Resolução nº 8/2020/CONGRAD, de 7/8/2020b. (UFU, 2020b, p. 4).

Por meio dessa resolução foi possível a retomada dos estágios obrigatórios na UFU, propiciando o contato dos(as) estudantes com instituições escolares e não escolares. Entretanto, é importante destacar o momento pandêmico que enfrentávamos, o que limitou não somente o contato físico, mas também o conhecimento sistemático da realidade das instituições. Embora houvesse complicadores, é importante salientar que o fato de o Estágio IV ter sido realizado remotamente nos oportunizou romper de vez com os muros da escola, possibilitando o diálogo com uma instituição de medida socioeducativa.

Em relação ao curso de Pedagogia, do Campus Pontal, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), versão 2007, a grade curricular é organizada de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 1, aprovada em 15 de maio de 2006 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, que propõe três núcleos de formação, sendo eles: estudos básicos; aprofundamento e diversificação; e estudos integradores (Brasil, 2005). Assim, o curso propõe 3200 horas divididas em: 2800 horas de atividades formativas; 300 horas de estágio curricular e 100 horas de atividades complementares (UFU, 2018).

Conforme o PPP (2007) do curso de Pedagogia, por meio dos componentes curriculares Projeto Integrado de Prática Educativa - PIPE (I a V), inicia-se o eixo da *práxis* educativa que:

[...] expressa propostas que visam fomentar investigações, reflexões e proposições de atividades práticas consideradas importantes para a formação de professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, dando sustentação para os ciclos de formação. (PPP, 2007, p. 42).

De acordo com Pimenta, Pinto e Severo (2020, p. 6), “o conceito de *práxis* está intimamente vinculado à prática, uma vez que esta é a referência para a transformação da realidade - não uma prática qualquer, mas, sim, uma prática carregada de intencionalidade,

como expressão do caráter terreno do pensamento”. Nesse sentido, o eixo da *práxis* educativa no curso de Pedagogia - Campus Pontal se estrutura da seguinte forma:

[...] inicia-se com o Projeto Integrado de Prática Educativa (PIPE), e acompanha todo o curso por meio dos Estágios Supervisionados e finaliza com a reflexão no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Estes componentes do eixo da *práxis* educativa fazem parte de um todo na formação inicial do curso de Pedagogia da FACIP/UFU<sup>6</sup> que articularão ensino, pesquisa e extensão. (PPP, 2007, p. 44).

Ao longo dos cinco primeiros períodos, os PIPE são ofertados com o intuito de “viabilizar a diversidade de perspectivas e de necessidades formativas características de uma área do conhecimento em educação” (PPP, 2007, p. 42). Esse percurso possibilita que os(as) discentes possam refletir sobre o que é ser docente, para além de proporcionar a integração com as outras licenciaturas. Destaco que antes de adentrar na universidade não me enxergava atuando dentro dos espaços escolares e tampouco via a possibilidade de atuar fora dele como pedagoga. Isso ocorria devido ao senso comum, no qual o(a) pedagogo(a) é formado(a) para “cuidar” de criança pequena.

Além disso, vejo que ao longo da graduação, os PIPE, em certa medida, me prepararam para as disciplinas de estágio, pois construí neles saberes prévios a respeito deste componente curricular e sua organização. Entretanto, diante da citação supracitada do PPP (2007) e minha experiência enquanto graduanda no curso, percebo que não houve um PIPE direcionado à educação não formal, tendo em vista que o PIPE I teve como foco a escrita e a reflexão sobre o memorial; em PIPE II o objetivo foi analisar e interpretar a escola em suas múltiplas dimensões, a fim de articular com o PIPE anterior, sendo 15 horas de campo; em PIPE III, a ficha de disciplina apresenta como um dos objetivos “Assegurar o aprofundamento de estudos e o desenvolvimento de experiências investigativas nos campos escolares e não escolares de atuação do pedagogo”, mas na ementa não há nenhuma menção a instituições não escolares que fundamentam o desenvolvimento da disciplina nesse sentido. O componente curricular PIPE IV destinou-se à realização de um projeto de intervenção; e, por fim, PIPE V destina-se à organização do Seminário de Prática Educativa e Estágio Supervisionado - SEPEES, além de apresentar os trabalhos produzidos ao longo dos PIPE anteriores e do projeto de intervenção produzido em PIPE IV. Em nenhuma dessas disciplinas, durante a minha formação, foi tratado

---

<sup>6</sup> Por meio da Resolução SEI N° 01/2018, do Conselho Universitário, foi sancionado o desmembramento da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) “Art. 1° Aprovar o desmembramento da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), com a consequente criação das seguintes Unidades Acadêmicas:

I – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social (FACES);

II – Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal (ICENP); e

III – Instituto de Ciências Humanas (ICH).” (UFU, 2018, p. 1).

acerca das instituições não escolares, ou citou-se a possibilidade de atuação do(a) pedagogo(a) nesses espaços. Nesse sentido, identifiquei uma certa contradição sobre a formação desse(a) profissional para atuar nas instituições para além do ambiente escolar, uma vez que, segundo as DCN do curso de Pedagogia, ele não deve ser preparado(a) apenas para atuar na escola e em especial na sala de aula, e esses componentes curriculares tiveram o foco na docência nas instituições de ensino formal.

No que diz respeito às horas de estágio curricular obrigatório no currículo do curso de 2007, sua organização ocorre inicialmente pelo Estágio I que tem como objetivo conhecer o trabalho do gestor educacional, com carga horária de 20 horas teóricas e 70 horas práticas. O Estágio II destina-se à observação e análise da sala de aula como espaço de construção de conhecimento na Educação Infantil, com carga horária de 25 horas teóricas e 80 horas práticas. No estágio III, o foco é o Ensino Fundamental I, com o propósito de planejar e avaliar a ação docente com a organização de um plano de aula, tendo carga horária de 30 horas teóricas e 90 horas práticas.

O Estágio que se destina a problematizar o contexto não-escolar é o IV, já no final do curso, no qual os(as) discentes têm oportunidade de ter contato com instituições de educação não formal, com carga horária de 30 horas teóricas e 60 horas práticas, totalizando 90 horas (PPP, 2007, p. 47). Esse componente curricular tem como um dos seus objetivos "observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros as aprendizagens das várias disciplinas do curso" (UFU, 2018a, p.1), o que possibilita aos(as) graduandos(as) sistematizar os conhecimentos apreendidos ao longo da graduação. Ainda, é importante enfatizar que, ao analisar a carga horária total do curso e dos estágios obrigatórios, as 90 horas que são destinadas ao campo não escolar tornam-se ínfimas se comparadas com as áreas de cunho escolar.

Por isso, pela necessidade de aprofundamento das reflexões, penso ser relevante apresentar quais pressupostos teóricos fundamentam minha compreensão sobre educação e subsidiam a relevância dos ambientes não escolares para a formação humana, acadêmica e profissional.

## **2.2 Qual concepção de educação está sendo proposta?**

Como já mencionado nas seções anteriores, o Estágio IV se refere ao espaço não escolar e, para isso, entendo ser relevante enfatizar qual concepção de educação pauta este trabalho. Com base em Brandão (1981), não podemos restringir a educação apenas ao seu âmbito formal, pois nos educamos em todos os âmbitos da sociedade e a educação escolar é

uma das formas possíveis, mas não única. Nesse sentido, não há uma pessoa mais educada do que a outra, tampouco uma educação superior à outra.

Gohn (2014) ao se referir à educação formal e à informal discorre que:

[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade, clube, espaços de lazer e entretenimento; nas igrejas; e até na escola entre os grupos de amigo; ou em espaços delimitados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, sempre carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Poderá ter ou não intencionalidades (por exemplo, educar segundo os preceitos de uma dada religião é uma intencionalidade). (GOHN, 2014, p. 40).

Se temos uma educação normatizada, em ambientes específicos como as instituições de ensino, bem como diferentes lugares em que as pessoas se educam sem regras tão específicas como as escolares, há também formas de educar que têm outras estruturas, como a educação não formal. De acordo com Gohn (2014),

A educação não formal é aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. Nossa concepção de educação não formal articula-se ao campo da educação cidadã – a qual no contexto escolar pressupõe a democratização da gestão e do acesso à escola, assim como a democratização do conhecimento. Na educação não-formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s). (GOHN, 2014, p. 40).

Em uma perspectiva transformadora, esse tipo de educação tem como intencionalidade formar sujeitos(as) críticos(as), autônomos(as), pensantes, capazes de se libertarem dos interesses do sistema que, a todo custo, deseja oprimi-los(as) e, de modo geral, ocorre em ambientes não escolares. Nessa mesma linha de pensamento, se inserem os estudos freireanos e, de modo geral, os da educação popular, pois partem da conscientização do meio em que as pessoas estão inseridas e visam sua emancipação e transformação social.

Os fundamentos da educação popular vão ao encontro do que acredito ser uma educação emancipadora, pois tem como princípios a participação popular, a solidariedade e a conscientização de classe das camadas mais oprimidas da sociedade. Pereira (2010, p.74) destaca que:

O que possibilita à Educação popular ser um território de reinvenção do modo como estamos vivendo e, portanto, de transformação do mundo é o fato de estar organicamente vinculada aos princípios da educação dialógica proposta por Paulo Freire (1987); nesse sentido, jamais dicotomiza o homem do mundo, respeita a vocação ontológica do homem de ser mais, estimula a

criatividade humana, ama a vida em seu devir (é biófila), valoriza a relação educador-educando e educando-educando, reconhece o homem como um ser histórico, da práxis, e tem do saber uma visão crítica, pois este encontra-se submetido a condicionamentos históricos-sociológicos, uma vez que não há saber sem busca inquieta, sem a aventura do risco de criar.

Pereira (2010, p.73) ainda nos faz refletir acerca da educação popular, pois esta

[...] nasceu fora da escola, no seio das organizações populares, mas seus princípios e sua metodologia, com bases emancipatórias, tiveram uma repercussão tão grande na sociedade que acabaram cruzando fronteiras e os muros das escolas, influenciando práticas educativas, tanto as que acontecem nos espaços escolares, como as que ocorrem em outros espaços educativos, como nos sindicatos, nas ONGs, Associações de Moradores, Reuniões do Orçamento Participativo (OP), nos conselhos populares etc.

Essa perspectiva de educação tem origem com uma possibilidade exequível de rompimento com o sistema vigente, a fim de emancipar sujeitos(as) e contribuir para a mudança de suas realidades. Por se tratar de uma área que não se refere a processos escolarizados, ainda é um campo de muita luta para se efetivar, tendo em vista que a sociedade, de modo geral, vincula educação ao que ocorre dentro da escola, entendendo-a como único espaço de conhecimento legitimado. Como a autora acrescenta, “a educação não formal é um processo de aprendizagem, não uma estrutura simbólica edificada e corporificada em um prédio ou numa instituição; ela ocorre via diálogo tematizado” (GOHN, 2014, p. 44). Ou seja, os espaços de diálogo e sistematização do saber se dão por meio do contato do sujeito com a cultura, os costumes e os valores sociais. Nesse sentido, não pode se limitar a uma forma única de saber e nem visar à doutrinação dos(as) sujeitos(as), mas sim contribuir para torná-los(as) críticos(as) em relação aos contextos sociais em que estão inseridos(as), como os(as) jovens que cumprem medidas socioeducativas.

### **2.3 O estágio supervisionado IV e a *práxis***

O Estágio Supervisionado IV, como disciplina obrigatória, foi desenvolvido na modalidade remota, sendo ministrado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucia Helena Moreira de Medeiros Oliveira, durante o 2º Período Letivo Especial de 2020, por meio das atividades acadêmicas remotas emergenciais (AARE), distribuídas em nove semanas com atividades síncronas e assíncronas. As atividades síncronas foram organizadas com discussão acerca do plano de ensino, no qual os(as) discentes tiveram a possibilidade de escolher qual instituição de educação não escolar tinham interesse e mais afinidade para realizar o estágio e elaborar um projeto de intervenção.

As atividades síncronas foram organizadas da seguinte forma: no primeiro encontro foi exibido o filme "Quanto vale ou é por quilo" com direção e produção de Sérgio Bianchi. No segundo encontro, tivemos<sup>7</sup> o primeiro contato com os(as) representantes das instituições concedentes, por meio de uma *live* intitulada "A atuação do pedagogo em espaço não escolar". Posteriormente, a professora da disciplina nos orientou quanto à elaboração do projeto, que foi apresentado para os(as) representantes das instituições concedentes no encontro virtual "Possibilidades de intervenção em contextos não escolares"; e, por fim, no último encontro, nos reunimos para a avaliação final da disciplina.

No que diz respeito às atividades assíncronas, fomos orientados(as) sobre como deveríamos preencher os documentos a serem encaminhados ao Setor de Estágio - SESTA com a assinatura das instituições concedentes, assim como na atividade em duplas com a finalidade de problematizar o filme "Quanto vale ou é por quilo" exibido na aula síncrona, a fim de sistematizar o contexto da instituição escolhida a partir de situações-problema encontradas no filme exibido; e também na elaboração do projeto de intervenção.

A participação e os encontros com os(as) coordenadores(as) das instituições concedentes de estágio foram organizados em três momentos por meio da plataforma virtual *Google Meet*. No primeiro momento apresentaram a história da instituição, sua missão, seus objetivos, como se dá a relação com a comunidade, as principais atividades desenvolvidas, o público alvo, os problemas enfrentados, dentre outras questões consideradas relevantes para os(as) coordenadores(as). O segundo encontro foi utilizado para a coleta de dados que subsidiou a elaboração do projeto de intervenção; e, por fim, no último encontro, apresentamos o plano de intervenção para os(as) coordenadores(as) das instituições.

Ao longo desse processo, eu e a estudante Marana de Oliveira Pires Coelho, nos propusemos a elaborar um projeto que atendesse às necessidades do Centro de Atendimento Especializado para Adolescentes Pastor Protásio Caetano Filho (Conviver), e que fosse significativo para nós, no que diz respeito às experiências acadêmicas e pessoais, tornando o estágio supervisionado mais próximo da realidade dos sujeitos em questão.

Assim, foi necessário conhecer mais profundamente a realidade do Conviver, que foi inaugurado em setembro de 2019, em parceria com a Prefeitura Municipal de Ituiutaba-MG e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais - Comarca Ituiutaba. De acordo com a coordenadora da instituição no período do nosso estágio, Marina Arantes Franco de Queiroz, a instituição tem

---

<sup>7</sup> Será utilizada a primeira pessoa do plural "nós" para se referir ao que desenvolvemos no grupo de estágio e também para tratar do projeto elaborado e as ações desenvolvidas por mim e pela estudante Marana de Oliveira Pires Coelho.

como objetivos construir uma nova alternativa ao cumprimento de medidas socioeducativas de crianças e adolescentes e também na prevenção ao crime. Para isso, conta com um espaço físico amplo para atividades recreativas, como auditórios, campo de futebol, salas multiuso, academia, atuando por meio de diversos projetos que incluem hortas, aulas de bordado, música, cinema, futebol, entre outros.

O principal corpo organizador das atividades da instituição, segundo Rodrigues e Coelho (2020), é o trabalho de voluntários(as), em parcerias com outras instituições como universidades e igrejas, assim como com profissionais da área da assistência social, psicologia e pedagogia, pois na proposta do projeto da instituição consta o(a) profissional pedagogo(a) como parte do corpo técnico.

Com base nessas informações iniciais, nos propusemos realizar o projeto de intervenção intitulado: “O RAP como instrumento pedagógico-reflexivo no processo de ressocialização de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas” (Rodrigues; Coelho, 2020, p. 1), com o intuito de beneficiar os usuários do Conviver que se apresenta como instituição de apoio à ressocialização e dinamização da realidade desses sujeitos.

Considerando o RAP como direcionador de nossas intervenções, entendemos que, das questões levantadas em suas canções, destacam-se o retrato da juventude periférica negra, apontando os desafios e potencialidades encontradas ao longo de suas histórias, marcadas pelas chagas da sociedade ocidental, racista e elitista. Mas também, retrata a luta e resistência dos movimentos culturais da população negra, possibilitando o emergir de uma beleza ancestral e contra hegemônica que compõem seus territórios.

Buscamos refletir acerca das potencialidades do RAP como instrumento pedagógico-reflexivo e identitário das subjetividades de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, assim como construtor de possibilidades e de perspectivas de vida. Para tanto, utilizamos como aporte teórico: Andrade (1999), Brandão (1981), Berger (1977), Pereira (2010), Gadotti (2012), Trilla (2008), Gohn (1999; 2014).

O referido projeto teve como objetivo geral:

[...] oportunizar reflexões acerca da realidade dos sujeitos envolvidos no projeto a partir das músicas de RAP, buscando construir consciência crítica sobre a sociedade e auxiliando tanto no cumprimento das medidas socioeducativas de forma mais dinâmica e acolhedora, quanto na possibilidade de construção de novas formas de enxergar e viver em sociedade. E como objetivos específicos: estimular o pensamento crítico dos assistidos, a fim de oportunizar o inédito viável; promover por meio das letras de RAP a consciência de classe com o propósito de relacionar o contexto em que vivemos e que nos diferencia da camada privilegiada da sociedade;

identificar os mecanismos utilizados pelo sistema capitalista que nos leva a infringir as leis e como recompensa utiliza de meios como a medida socioeducativa como punição dos atos infracionais; e, por fim, apontar novas formas de viver como por meio da música, esporte e arte. (Rodrigues; Coelho, 2020, p. 4).

Procuramos evidenciar a importância do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares, tanto para a ampliação dos conhecimentos para os(as) profissionais da área, que podem extrapolar os muros do ambiente escolar e ampliar suas áreas de atuação e empregabilidade, quanto para potencializar o trabalho pedagógico. Neste sentido, Libâneo (1999, p. 59) afirma que:

Todos os educadores seriamente interessados nas ciências da educação, entre elas a Pedagogia, precisam concentrar esforços em propostas de intervenção pedagógica nas várias esferas do educativo para enfrentamento dos desafios colocados pelas novas realidades do mundo contemporâneo.

Dessa maneira, as intervenções pedagógicas são muito importantes para a transposição das barreiras impostas pela ordem social e também para o enfrentamento de alguns desafios da sociedade, como exemplo, as medidas socioeducativas que buscam responsabilizar jovens e adolescentes por atos infracionais cometidos. E é neste sentido que nosso projeto buscou romper com a cultura punitiva dessas medidas, para tornar o ambiente mais acolhedor e potencializador dos conhecimentos que os sujeitos já trazem, considerando a construção de novos conhecimentos que sejam significativos para os(as) envolvidos(as).

Logo, encontramos um caminho possível para a concretização de um projeto que considerasse a realidade dos(as) adolescentes, a fim de promover a transformação social. Para isso, precisamos produzir conhecimentos acerca do papel do(a) pedagogo(a) em instituições não escolares, como é o caso do Conviver, partindo do pressuposto que a educação se dá em diversos espaços, pois

[...] do ponto de vista de seus efeitos, [ela] é um processo holístico e sinérgico; um processo cuja resultante não é a simples acumulação ou soma das diferentes experiências educacionais vividas pelo sujeito, e sim uma combinação muito mais complexa, em que todas essas experiências interagem entre si. É uma espécie de interdependência que pode ser expressa diacronicamente (cada experiência educacional é vivida em função das experiências educacionais anteriores e prepara e condiciona as subsequentes), e também sincronicamente (o que acontece [...] em determinado ambiente educacional tem relação com o que ela vive nos outros ambientes educacionais dos quais participa). (Trilla, 2008, p.45)

Como afirma o autor, é possível ser educado em diversos espaços; o que diferencia a educação não formal das demais, dentre outras características, é poder ocorrer fora da escola.

Por isso, os sujeitos, desde seus primeiros anos de vida, passam por experiências que devem ser valorizadas e utilizadas a favor dos seus processos formativos.

O projeto proposto teve o RAP como instrumento para estimular o pensamento crítico da realidade na qual esses(as) jovens em cumprimento de medidas socioeducativas se encontram, como perspectiva de uma vida melhor.

O rap deve ser lido sob o ponto de vista de seu potencial crítico, que promove por meio do estranhamento da escuta, a consciência social dos excluídos, reunindo diferentes formas de expressão estética - dança, grafite, música - para denunciar as injustiças e a opressão a que são submetidos os jovens pobres e negros dos centros urbanos, tanto no Brasil como no mundo. (Fernandes, 2014, p. 105).

Assim como o autor discorre, é necessário que o RAP seja compreendido como uma perspectiva potencializadora. Por meio de distintas linguagens possibilita reflexões acerca da sociedade em que estamos inseridos(as), estimulando também uma consciência crítica sobre as engrenagens que a sustentam. Por isso, precisamos compreender a correlação entre desigualdade social e atos infracionais cometidos por jovens e adolescentes no Brasil, como abordado por Assis (2005, p.82):

A desigualdade econômica e social brasileira dificulta o pleno crescimento e desenvolvimento de milhões de adolescentes, que se vêem aprisionados a comunidades expropriadas, moradias inadequadas, restrições severas ao consumo de bens e serviços, estigmas e preconceitos, falta de qualidade no ensino, relações familiares e interpessoais fragilizadas e violência em todas as esferas de convivência.

Os(a) jovens que cometem atos infracionais são, majoritariamente, oriundos(as) de um processo de desigualdade socioeconômica advinda do sistema capitalista e, portanto, são parte de um problema estruturante da sociedade. Segundo o documento Panorama da Execução dos Programas Socioeducativos de Internação e Semiliberdade nos Estados brasileiros,

No segundo semestre de 2018, com base nas informações recebidas, foi apurado um total de 2071 adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade no Brasil, distribuídos em 123 unidades, significando uma ocupação média de 16,83 socioeducandos por unidade. (Brasil, 2019, p. 36).

Sendo que a ocupação máxima recomendada é de 20 vagas por unidade, o estado de Minas Gerais, de acordo com o mesmo documento, conta com 11 unidades e 187 socioeducandos(as) com indicativos de 85% de subocupação (BRASIL, 2019). Em conversa informal com a ex-coordenadora do Conviver foi relatado que houve um crescimento significativo no atendimento de jovens penalizados por atos infracionais. Em 2019, ano de

inauguração do centro, 12 jovens cumpriram medidas socioeducativas. Já no ano de 2020, o quantitativo passou para 19; e, em 2021, foram 22 jovens. Nos primeiros meses de 2022, até o mês de maio, foram cumpridas 5 medidas e 11 estão em andamento.

Nessa perspectiva, é necessário ressaltar que não podemos culpar indivíduos por problemas estruturais de nossa sociedade, sendo dever do Estado garantir que esses(as) jovens tenham plenas condições de viverem e se recuperarem de forma digna, assegurando seus direitos sociais como prevê a Constituição Federal, no “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. (Brasil, 1988)

Ao considerarmos o que defende a CF, entendemos o RAP como uma potencial ferramenta para os processos educativos de sujeitos que estão à margem da sociedade. Trazer discussões sobre política e sociedade para os espaços de cumprimento de medidas socioeducativas, por meio de uma linguagem jovem e incluyente, pode auxiliar significativamente para a emancipação e consciência dos(as) assistidos(as), fazendo com que possam ir em busca de seus direitos sociais e de uma ressocialização cidadã.

A potencialidade do RAP e seus grupos musicais não se esgota aí, ele também é um potente mecanismo de elevação da autoestima e valorização do(a) jovem periférico(a), assim como aponta Oliveira (2018) em uma de suas obras sobre o grupo musical Racionais Mc’s:

A obra dos Racionais ajudou a fundar uma nova subjetividade, criando condições para a emergência do que ele define como “sujeito periférico”: o morador da periferia que assume sua condição, tem orgulho desse lugar e age politicamente a partir dele. O termo “periferia” passaria a designar não apenas “pobreza e violência” — como até então ocorria no discurso oficial e acadêmico —, mas também “cultura e potência”, confrontando a lógica genocida do Estado por meio da elaboração coletiva de outros modos de dizer. (Oliveira, 2018, p. 23).

Também podemos elucidar que o RAP se tornou não só um instrumento de consciência política, mas também como um desmistificador da visão midiática dos(as) opressores(as), que vendem a ideia de uma periferia e de um(a) jovem que vive na miséria e violência. Desse modo, possibilita o emergir de uma consciência reflexiva em que os(as) jovens valorizam seus territórios, encontrando novas formas de existência, seja por meio da música, do esporte, do trabalho ou da arte.

Portanto, o projeto se propôs a fomentar reflexões críticas acerca da sociedade em que estamos inseridos(as), observando as diversas dinâmicas sociais que perpetuam as opressões de raça e classe, trazendo também para o centro, as discussões sobre emancipação, consciência política e transformação social.

Diante do exposto, as ações previstas buscaram atender os quatro objetivos específicos, sendo organizados da seguinte forma:

Objetivo 1: Estimular o pensamento crítico dos(as) assistidos(as).

Por dentro das engrenagens da sociedade neoliberal e capitalista a palavra de ordem é Alienação<sup>8</sup>. Este processo se dá principalmente dentro dos espaços educativos, que não estimulam o pensamento crítico de seus(uas) alunos(as), levando-os(as) a compreender superficialmente a sociedade e suas amarras. Neste sentido, consideramos que oportunizar espaços de reflexão e estímulo ao pensamento crítico dos(as) assistidos(as) pode ser uma substancial ferramenta de emancipação.

Para isso, optamos por algumas atividades para o alcance deste objetivo:

Atividade 1:

- Acolhimento: Esta atividade será realizada em roda. Pediremos para que cada um(a) possa dizer um pouco de si, como nome, idade, onde nasceu e qual estilo musical mais gosta. Esse momento é importante para que possamos nos conhecer melhor e assim criarmos laços afetivos e de confiança ao longo do projeto.

Atividade 2:

- Cine debate sobre o documentário AmarElo - É tudo pra ontem: Exibição do documentário do rapper Emicida. Após a exibição será proposta uma roda de debate sobre o documentário, tratando de alguns elementos importantes como: história do RAP no Brasil, processo de escravização da população negra, poder político e a música como emersão de uma nova identidade. Nesta atividade ouviremos os(as) jovens a fim de compreender suas concepções em relação aos processos mencionados acima, e assim, direcionar nossas ações para a realização de atividades que possam despertar os interesses dos sujeitos sobre a temática abordada.

Objetivo 2: Promover a consciência de classe por meio das letras de RAP.

Observamos que as letras das canções de RAP, majoritariamente, são compostas por análises sociais que escancaram as contradições de uma sociedade branca, burguesa e opressora. Neste sentido, utilizaremos essas canções para contribuir com a construção de um

---

<sup>8</sup> “O termo alienação refere a divisão social do trabalho e com esta divisão surge a separação entre os que dirigem e os que executam o processo de trabalho. Há, pois, nesta relação, a instauração da alienação. O trabalhador é constringido a atender suas necessidades mais imediatas, tais como: comer, beber, vestir, etc., se não o fizer porá em risco sua própria existência. Ao fazer de sua capacidade de trabalho um meio para atingir determinados fins, a sua atividade deixa de ser uma atividade livre (auto atividade) e torna-se trabalho alienado.” (Peixoto, 2010, p. 33).

pensamento crítico que os(as) leve a compreender a sociedade por meio de uma outra ótica, e assim promover a consciência de classe.

Para tanto, realizaremos as seguintes atividades para atingir nossos objetivos:

Atividade 3:

- Escolhendo canções de RAP: Nesta atividade levaremos algumas letras impressas de RAP, bem como um aparelho de som e dialogaremos com os(as) assistidos(as) sobre quais canções, dentre as que socializamos, eles(as) já conhecem ou gostariam de conhecer. A partir deste diálogo ouviremos algumas das músicas e, de forma coletiva, escolheremos 5 que terão suas letras analisadas.

Atividade 4:

- Análise dos trechos das músicas: Para esta atividade separaremos os(as) adolescentes em 5 grupos. Cada grupo ficará responsável pela análise de uma música. A análise será mediada por nós, estudantes do curso de Pedagogia, com o intuito de contribuir para o direcionamento e sintetização das análises dos grupos. Serão confeccionados cartazes com os pontos de reflexão mais importantes sobre classes sociais, presentes nas letras e que, posteriormente, serão socializados com todos, de forma autogestionada. Assim, cada grupo ficará responsável pela exposição das reflexões, por meio de cartazes e diálogo com os demais.

Atividade 5:

- Diálogo e mediação de percepções e conceitos: Após a socialização de suas reflexões sobre as letras das músicas, formaremos uma grande roda de diálogo, para que cada um(a) possa compartilhar suas ideias sobre as atividades, contribuir com suas percepções sobre as músicas trabalhadas e tirar dúvidas a respeito de alguns conceitos novos que podem ter surgido do momento anterior. Nesta atividade, também aproveitaremos para mediar as discussões a partir da seguinte pergunta norteadora: “Quais semelhanças e diferenças podemos encontrar em relação às letras e as nossas realidades cotidianas?”, com o intuito de evidenciar a vida cotidiana deles(as), tornando o processo mais contextualizado e significativo.

Objetivo 3: Identificar os mecanismos utilizados pelo sistema capitalista que nos levam a infringir as leis.

Compreendemos que o sistema capitalista utiliza de mecanismos ideológicos para ordenar as ações da população. Em sua maioria, os(as) que subvertem o sistema estabelecido pela burguesia são punidos(as) com medidas socioeducativas quando jovens e encarceramento na vida adulta.

Com esse intuito, utilizaremos as ações a seguir para dar sequência aos nossos objetivos:

Atividade 6:

- Palavras geradoras: partindo do contexto de cada assistido(a), iremos propor que o grupo elenque algumas palavras que sintetizem os motivos que os levaram à condição de assistidos(as), para pesquisarmos letras de RAP com o mesmo contexto. Após a pesquisa, ouviremos as canções em conjunto para, a partir da escuta atenta, fazermos as reflexões que elas propõem, assim como tirar dúvidas acerca de informações que aparecem nas letras das músicas.

Atividade 7:

- Momento de síntese: oportunizaremos que cada sujeito faça seus apontamentos em grupos menores, para que possam elaborar uma síntese da discussão coletiva, assim como das reflexões de cada um a partir da escuta dos RAP. Cada grupo poderá escolher como fará a síntese, como criação de cartazes, poema, rima, etc.

Objetivo 4: Apontar novas formas de viver por meio da música, esporte e arte, dentre outros.

Entendemos que existem outras formas de viver em sociedade, por meio da educação crítica, contextualizada e que oportunize aos sujeitos serem protagonistas de suas próprias vidas. Nesse sentido, realizaremos a atividade a seguir para finalizar nosso projeto e alcançar nossos objetivos:

Atividade 8:

- Arte como forma de expressão: compreendemos que as artes podem ser um instrumento de emancipação, por meio das quais os(as) assistidos(as) podem utilizar para expressar-se. Proporemos que cada sujeito faça a síntese do que o projeto significou para ele, por meio da criação de um RAP. Essa atividade será utilizada como um momento de avaliação final do projeto.

Como mencionado anteriormente, o projeto não foi concretizado devido à pandemia de covid-19 que nos assolou nos últimos dois anos e três meses. Para além de ser um desejo pessoal colocar em prática a proposta de intervenção, vejo como retorno à sociedade a

possibilidade que eu tive nesses anos de graduação. Com isso, espero construir momentos de acolhimento, escuta e reflexão, os quais podem auxiliar tanto na dinamização do espaço de cumprimento de medidas socioeducativas, quanto na elaboração de processos emancipatórios que levem os(as) jovens a refletir sobre a sociedade em que vivemos e os papéis que exercemos.

Nessa direção, o uso da música possibilita um processo de ressocialização mais humana e transformadora, refletindo, por meio da linguagem artística, sobre as mazelas de nossa sociedade. Por último, e não menos importante, as reflexões feitas ao longo deste trabalho nos fazem repensar como os(as) pedagogos(as) estão sendo formados(as), e quais são/serão suas práticas em espaços não escolares.

#### **2.4 O Estágio Supervisionado IV e o impacto na formação inicial**

Como o Estágio Supervisionado IV foi desenvolvido de forma remota, isso impossibilitou a atuação dos(as) estudantes no espaço físico das instituições. Embora houvesse elementos que subsidiassem a realização deste estágio, não podemos desconsiderar os efeitos da pandemia em sua efetivação, pois as atividades presenciais foram suspensas, tanto as acadêmicas como as da instituição campo de estágio, impossibilitando a implementação do projeto de intervenção.

Esse contexto, por si só, já seria uma lacuna para a formação inicial dos(as) docentes, mas ao analisar o PPC do curso de Pedagogia da UFU/Pontal torna-se ainda mais impactante para os(as) estudantes, pelo fato do Estágio Supervisionado IV ser um dos dois componentes curriculares com o enfoque na educação não escolar - ENE. Ao longo desta pesquisa, constatei que esta não é uma particularidade da minha formação, mas uma tendência nos principais cursos de pedagogia do Brasil analisados por Severo (2017), amparados pela Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, e a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.

O ponto crítico não parece estar no fato de o curso se destinar à formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mas sim na lógica implícita nos documentos, de que essa formação estaria também permitindo o desenvolvimento de saberes profissionais voltados às práticas em ENE. O que se observou no conjunto dos documentos analisados foi que, embora declarem a intenção de contemplar o eixo formativo para outros campos em que sejam requeridos conhecimento pedagógico, os PPCs, reproduzindo a lógica das DCNs, não expressam uma inserção efetiva da ENE nos currículos de formação inicial do pedagogo. (SEVERO, 2017, p. 985).

O que é sinalizado pelo autor, e observado no curso em questão, efetivamente não corrobora para a efetivação da ENE nos currículos dos cursos de pedagogia. Nessa perspectiva,

os reflexos da fragilidade do enfoque nessa área durante a formação inicial impactam na atuação profissional, uma vez que a educação como objeto de estudo é compartilhada por diferentes ciências, mas muitos(as) pedagogos(as) não sabem da sua função em espaços que, rotineiramente, não contam com seu trabalho.

Para mais, uma possibilidade para o problema de poucas disciplinas específicas que se referem à educação não escolar nos cursos de pedagogia é abordada por Severo (2017, p.986):

[...] o curso possui potenciais fontes de tratamento dos aspectos referentes às práticas pedagógicas não escolares que podem ser desenvolvidos, proporcionando uma abordagem mais consistente e significativa. Trata-se das disciplinas de fundamentos da educação e de organização do trabalho pedagógico visto que, por possuir um caráter genérico, podem abarcar uma visão ampla do fenômeno educativo e das relações sociais de ensino e aprendizagem, na medida em que colocam o problema da educação no plano das proposições teórico-metodológicas sobre a formação humana em seus diversos aspectos, e não especificamente na escola. (Severo, 2017, p. 986).

O que o autor apresenta poderia ter sido efetivado no curso de Pedagogia, do *campus* Pontal, mas ainda é uma dificuldade em seu interior, ao direcionar mais especificamente para a atuação do profissional na educação formal. Nesse sentido, é importante salientar que, caso a Resolução 02/2019 (Brasil, 2019) seja aprovada, os cursos de Pedagogia formarão para educação infantil ou anos iniciais do ensino fundamental, limitando-se à sala de aula apenas, à educação formal, na contramão do que as discussões atuais apontam e que este trabalho sinaliza. Ainda, no decorrer da graduação, não consegui perceber um direcionamento para o campo não escolar, nas disciplinas de fundamentos da educação, já que tiveram como foco as instituições de ensino.

Contudo, o estágio IV foi significativo para propiciar novas reflexões, assim como para minha atuação na educação não escolar, pois mesmo no modelo remoto foi muito importante, diante do momento pandêmico em que enfrentávamos, e as poucas instituições disponíveis para receber estagiários(as), o Conviver acolheu as discentes de forma ímpar e nos possibilitou romper com uma prática de “escolarização”. Ressalto esse fator porque até mesmo as instituições não escolares quando recebem um(as) pedagogo(as) tendem a resumir o trabalho deste(as) profissional à docência.

As conversas com os(as) coordenadores das instituições e com a professora de estágio foram muito relevantes para que o conhecimento mediado fosse significativo para os(as) estudantes, tendo em vista que, da turma em questão, as experiências vivenciadas resultaram na elaboração de dois trabalhos de conclusão de curso. Ressalto que a disposição dos componentes curriculares, como os estágios, corroboram para as reflexões apresentadas neste

trabalho, visto que, ao longo da graduação, a articulação entre a teoria e a prática é feita continuamente, no qual as disciplinas se complementam e estabelecem interlocução, tornando possível a construção de saberes significativos pelos(as) graduandos(as) do curso, estimulando a transformação social.

Por fim, compreendo que o estágio supervisionado, por si, não é capaz de mudar a forma com que enxergamos o mundo, mas percebo que pode ser uma mudança de chave para a vida do(a) profissional que verdadeiramente esteja comprometido com a profissão, compreendendo que, por meio dela, é possível alcançarmos um outro mundo possível. Nesse sentido, ressalto o desejo de colocar em prática o projeto de intervenção, pois acredito que a inquietação que a ENE suscitará mais questões para serem problematizadas na minha trajetória profissional e pessoal.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, é importante salientar que minha trajetória no curso de pedagogia foi de muitos desencontros. Hoje percebo que não somente pela minha inquietação, mas também pela estrutura da sociedade em que estamos inseridos impactando diretamente nas instituições públicas e nos(as) profissionais que serão formados(as). Neste sentido, enfatizo o papel da universidade na construção de cidadãos que têm potencial de transformar o meio em que estão inseridos e, de alguma forma, esses sujeitos precisam "devolver" para a sociedade tudo aquilo que foi possível construir no mundo acadêmico.

Ao retomar ao primeiro objetivo deste trabalho, o qual se refere a refletir se, e como, o estágio supervisionado IV colabora para a atuação do(a) pedagogo(a) em espaços não-escolares, percebo que antes de fazer as análises propostas neste trabalho não compreendia o quão enriquecedor e potente são os estágios supervisionados para a formação inicial. Sobretudo, no que diz respeito à atuação do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares, pois ainda que o curso analisado tenha apenas duas disciplinas com este enfoque, elas foram suficientes para suscitar em mim o desejo de atuar nesse campo.

A elaboração do projeto de intervenção possibilitou-me vislumbrar o ser pedagogo(a) fora do campo escolar, suscitou o desejo em pesquisar a educação não escolar, assim como ser uma área possível de eu atuar enquanto profissional. O Estágio supervisionado IV no Conviver foi um divisor de águas na minha perspectiva de atuação na área da educação, pois por mais que eu soubesse que essa era uma possibilidade, ela nunca foi uma realidade palpável dentro do curso de pedagogia/Pontal. Percebo que é necessária uma formação inicial de profissionais

que atuem em espaço formal e não formal, pois ainda estamos sendo formados(as) para a docência em instituições escolares.

Ainda nesse aspecto, o curso também despertou o interesse em fazer mais reflexões sobre ele, pois está em constante transformação, tendo em vista que os sujeitos que por ele passam não são os(as) mesmos(as). Eu não sou a mesma que ingressou no curso com dúvidas se a profissão seria adequada para o meu perfil. E hoje, devido ao meu contato e experiência no Estágio IV, vejo-me exercendo a profissão em um dos espaços que contribui para a minha formação.

Para concluir, penso ser muito relevante o desenvolvimento de projetos de extensão com esse viés no curso de Pedagogia/Pontal, para ampliar o contato dos(as) discentes com instituições não escolares, pois só assim identificamos questões a serem solucionadas e incitamos a vontade de atuar em espaços com essas características. Para mais, é relevante salientar que alguns(algumas) docentes precisam sair da sua zona de conforto para que a aprendizagem dos(as) discentes seja significativa, pois não adianta ter um currículo de base freireana se há posturas conservadoras, oprimindo e impossibilitando que os(as) estudantes se emancipem.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência & saúde coletiva**, v. 10, p. 81-90, 2005. Acesso em: 26 abr. 2022.
- BORGES, Karin Ferreira. **Leitura encarcerada: Da "Flor de Lótus" ao "Mandacaru" na aprendizagem social e educativa**. 2015. p. 47. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em pedagogia) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal, [S. l.], 2015. Disponível em: Arsenal do curso. Acesso em: 1 mar. 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- BRASIL. **Conselho Nacional do Ministério Público**. Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros. Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2019. Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/programas-socioeducativos\\_nos-estados-brasileiros.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/programas-socioeducativos_nos-estados-brasileiros.pdf). Acesso em: 23 jul.2022.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 26 abr. 2022.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação**. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em: 20 jul. 2022
- BRASIL. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm). Acesso em: 20 jul. 2022.
- BRASIL. **Resolução nº1 de 15 de maio de 2006**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf#:~:text=CONSELHO%20NACIONAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83OCONSELHO%20PLENO%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNE%2FCP%20N%C2%BA,Nacionais%20para%20oCurso%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Pedagogia%2C%20licenciatura](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf#:~:text=CONSELHO%20NACIONAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83OCONSELHO%20PLENO%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNE%2FCP%20N%C2%BA,Nacionais%20para%20oCurso%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Pedagogia%2C%20licenciatura). Acesso em: 29 ago. 2022.
- BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECPN22015.pdf#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%202%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20JULHO%20DE,de%20segunda%20licenciatura%29%20e%20para%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20continuada](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN22015.pdf#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%202%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20JULHO%20DE,de%20segunda%20licenciatura%29%20e%20para%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20continuada). Acesso em: 29 ago. 2022.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP N°2, de 20 de dezembro de 2019**. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 31 jul. 2022;

FERNANDES, Ana Claudia Florindo. **O rap e o letramento: a construção da identidade e a constituição das subjetividades dos jovens na periferia de São Paulo.** 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia: por entre resistências e insistências. **Revista Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v.10, n.2, p. 161-173, mai./ago. p.161-174, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/download/rec.v10i2.35361/30579/138288>. Acesso em: 1 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. CONGRESSO INTERNACIONAL PEDAGOGIA SOCIAL, **Anais.**, julho. 2012.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em educação**, v. 2, n. 1, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: para quê?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MISAEEL, Mayara. S. **O papel do Pedagogo em espaços não escolares: o caso de uma instituição de ressocialização de adolescentes em medida socioeducativa de Ituiutaba - MG.** 2021. p. 33. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em pedagogia) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/33963>. Acesso em: 1 mar. 2022.

MUSSI, Ricardo Frankllin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010/6134>. Acesso em 20 jul. 2022.

OLIVEIRA, Acauam Silvério. O evangelho marginal dos Racionais MC's: **Sobrevivendo no Inferno.** 1. ed. São Paulo: Schwarcz, 2018.

PEIXOTO, Maria. Angélica. (2010). Para entender a alienação: Marx, Fromm e Marcuse. **Revista Espaço Acadêmico**, 10 (110), 32-40. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10500>. Acesso em 20 jul. 2022.

PEREIRA, Ana Lúcia Nunes. **O estágio curricular supervisionado em espaços não escolares no curso de pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB): as contribuições no percurso formativo**, p. 2- 117. 2017. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/20637/2/Ana%20L%C3%BAcia%20Nunes%20Pereira.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PIMENTA, Selma Garrido; PINTO, Umberto de Andrade; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. A Pedagogia como *locus* de formação profissional de educadores(as): desafios epistemológicos e curriculares. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015528, p. 1-20, 2020. Disponível em:

<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15528/209209213361>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ROCHA, Janaína; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. **Hip Hop: a periferia grita**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/hip\\_hop\\_0.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/hip_hop_0.pdf). Acesso em: 22 maio 2022.

RODRIGUES, Jennifer Prates; COELHO, Marana de Oliveira Pires. **O RAP como instrumento pedagógico-reflexivo no processo de ressocialização de jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas**. 2020. p. 12. Projeto de intervenção Estágio Supervisionado IV - Espaços não Escolares - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Sobre pedagogia e pedagogos em espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica. **Perspectiva**, v. 35, n. 3, p. 978-995, 2017.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. p.15-58. In: ARANTES, Valéria Amorim (Orgs.). **Educação formal e não-formal: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=46881>. Acesso em: 1 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Resolução n.º 24/2012**, do Conselho de Graduação. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-no-242012-do-conselho-de-graduacao-normas-gerais-de-estagio-de-graduacao-da> . Acesso em: 23 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia - Grau Licenciatura**. 2018a. Disponível em: [https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK\\_Sh2SMdn1U-tzOTpmmgT33WB409R1o6PfBT2L9wc\\_C\\_9107RwQK7iBcpv00Kr4zz6VOvvJlqfMbG8J\\_RACwiP2VFvndQltw\\_eAncumento\\_consulta\\_externa.php](https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzOTpmmgT33WB409R1o6PfBT2L9wc_C_9107RwQK7iBcpv00Kr4zz6VOvvJlqfMbG8J_RACwiP2VFvndQltw_eAncumento_consulta_externa.php) (ufu.br). Acesso em: 20 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Resolução SEI n.º 01/2018**. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social, do Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal, e do Instituto de Ciências Humanas, mediante desmembramento da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, e dá outras providências. 2018b. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2018-1.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Decisão Administrativa Reito n.º 1/2020**, do Comitê de monitoramento ao covid-19. 2020a. Disponível em: [https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5RYu-afiXEpZ8b8g7frjGLEdVsJcYwxAHgLeYoXfc3Ai9IdK3WQvtVYj1hX\\_iFxz-BbdeeN-a3T1o9WHvZdo1mF](https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5RYu-afiXEpZ8b8g7frjGLEdVsJcYwxAHgLeYoXfc3Ai9IdK3WQvtVYj1hX_iFxz-BbdeeN-a3T1o9WHvZdo1mF). Acesso em: 20 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Resolução n.º 7/2020**, do Conselho de Graduação. 2020b. Disponível em:  
<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONGRAD-2020-7.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Ficha de componente curricular**. 2018a. Disponível em:  
[https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK\\_Sh2SMdn1U-tzPbpnkbqXZPNJj5njkbcejQG54DwqsG0Ljy5x4zSILJK5enA5SrUxEPjkeeBdZs4yqdBG36ZECVhpRwKnHAM4m](https://www.sei.ufu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?yPDszXhdoNcWQHJaQIHJmJIqCNXRK_Sh2SMdn1U-tzPbpnkbqXZPNJj5njkbcejQG54DwqsG0Ljy5x4zSILJK5enA5SrUxEPjkeeBdZs4yqdBG36ZECVhpRwKnHAM4m). Acesso em: 23 jul. 2022.